



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEXTA CÂMARA

Processo nº. : 10726.000583/98-33  
Recurso nº. : 119.673  
Matéria : IRPF – EXS.: 1996 e 1997  
Recorrente : MOISÉS DA COSTA MOREIRA  
Recorrida : DRJ no RIO DE JANEIRO - RJ  
Sessão de : 17 DE SETEMBRO DE 1999  
Acórdão nº. : 106-10.992

TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO – A fase litigiosa do procedimento somente é instaurada com a impugnação tempestiva. O prazo legal para apresentação da impugnação do lançamento é de trinta dias contados da ciência do mesmo.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por MOISÉS DA COSTA MOREIRA.

ACORDAM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, NÃO CONHECER do recurso por não instaurado o litígio, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencidos os Conselheiros Wilfrido Augusto Marques e Romeu Bueno de Camargo que votavam pelo nulidade da decisão de primeira instância.

  
DIMAS RODRIGUES DE OLIVEIRA  
PRESIDENTE

  
SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO  
RELATORA

FORMALIZADO EM: 29 OUT 1999

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES, THAISA JANSEN PEREIRA, ROSANI ROMANO ROSA DE JESUS CARDOZO e RICARDO BAPTISTA CARNEIRO LEÃO.

dpb

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº : 10726.000583/98-33  
Acórdão nº : 106-10.992  
Recurso nº. : 119.673  
Recorrente : MOISÉS DA COSTA MOREIRA

**RELATÓRIO**

MOISÉS DA COSTA MOREIRA, já qualificado nos autos, inconformado com o despacho decisório do Delegado da Receita Federal de Julgamento no Rio de Janeiro, apresenta recurso solicitando revisão de lançamento.

Os presentes autos têm início com o PEDIDO DE RESTITUIÇÃO do valor do imposto retido na fonte sobre rendimentos pagos a título de diferença de horas extras.

As justificativas de seu pedido podem assim serem sumariadas:

- que sua empregadora "Petrobrás Petróleo Brasileiro S/A", não efetuou pagamento das horas extras devidas;
- que a referida empregadora, diante da impossibilidade de pagamentos de horas extras, previstas no dissídio coletivo referente ao período de 94/95, não teve outra alternativa, a não ser indenizar os empregados;
- a empregadora equivocadamente entendeu que havia incidência do imposto de renda sobre o valor das verbas pagas a título de indenização; observa-se que, na espécie, o que ocorreu foi uma indenização, cuja hipótese em análise já foi amplamente apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, RE 136.468;

Conclui, requerendo a retificação dos valores tributáveis constantes das declarações de ajuste anual dos anos de 1995 e 1996, para excluir as verbas indenizatórias do rendimentos tributáveis e por conseqüência a restituição do valor cobrado a maior.

*SMB*

*[Handwritten mark]*

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº : 10726.000583/98-33  
Acórdão nº : 106-10.992

Instruindo seu pedido juntou demonstrativo das valores de IR - Fonte e cópia da mencionada decisão judicial (fls.4/15).

Seu pleito foi analisado e indeferido pelo Delegado da Receita Federal em Campos em decisão de fls. 19/20, assim ementada:

***"RPF/96/97 – REVISÃO DE LANÇAMENTO –  
RESTITUIÇÃO***

*A exclusão de parcelas de rendimentos, anteriormente computados "in totum" como tributáveis, em rendimentos são tributáveis, resulta como consequência num direito creditório em potencial, quando procedente a reclassificação dos rendimentos."*

Dessa decisão seu procurador, pessoalmente, tomou ciência em 5/11/98 e em 11/12/98 protocolou a impugnação de fls. 21/22.

Examinado os autos na Delegacia da Receita Federal de Julgamento no Rio de Janeiro a Chefe do SEPEF, por delegação de competência, elaborou o despacho decisório de fls. 24, consignando o não exame de sua impugnação por ser intempestiva.

Disso foi cientificado em 19/4/99 e inconformado apresentou recurso a este órgão colegiado em 27/4/99 (fls.27/28), limitando-se a reiterar a solicitação de REVISÃO DO LANÇAMENTO.

É o Relatório.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº : 10726.000583/98-33  
Acórdão nº : 106-10.992

**VOTO**

Conselheira SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO, Relatora

O Decreto nº 70.235/72, ao regular o processo administrativo fiscal, definiu em seu art. 14, que a **impugnação da exigência instaura a fase litigiosa do procedimento** e, no art. 15 fixou o prazo, contado da data em que foi feita a exigência, de trinta dias para sua apresentação,.


Como a impugnação, comprovadamente, foi apresentada fora do prazo fixado e sobre isso o recorrente nada alegou, extinto está o direito de ver o seu recurso apreciado pela autoridade julgadora de segunda instância.

Encerrada a fase litigiosa do procedimento o seu requerimento poderia ser entendido como pedido de revisão de ofício autorizada pelo art. 145 c/c com o art. 149 do Código Tributário Nacional.

Como a autoridade administrativa competente para o referido ato é o Delegado da Receita Federal em Campos (RJ) que sobre a matéria aqui discutida já se posicionou às fls. 19/20, ao recorrente só resta o caminho da **via judicial**.

Isto posto, VOTO no sentido de não conhecer o recurso por intempestiva a impugnação.

Sala das Sessões - DF, em 17 de setembro de 1999

  
SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO